

Discussão sobre novo salário mínimo mobiliza o Congresso

Senadores defendem reajuste acima dos R\$ 545, mas base governista não quer correr riscos. Ministro Guido Mantega vai hoje à Câmara para debater com os deputados, antes da esperada votação em Plenário amanhã.

A definição do novo valor do salário mínimo, estipulado no projeto de lei do governo em R\$ 545, será o tema central do Congresso

nesta semana. Vários senadores já defenderam um salário acima dos R\$ 545, mas a bancada governista se mobiliza para derru-

bar, ainda na Câmara dos Deputados, emendas que elevam este valor.

A Câmara vai discutir hoje a proposta com o ministro da

Fazenda, Guido Mantega, e pretende votar amanhã o projeto, que também define uma política de valorização para o mínimo entre 2012 e 2015. 5

Antonio Cruz/ABr



Alunos do Centro de Ensino Fundamental do Núcleo Bandeirante (DF) prestam o Enem, que também avalia o desempenho das escolas

Plano de Dilma para educação repercute entre senadores

Marisa Serrano critica retórica de Dilma Rousseff ao anunciar programas para educação enquanto corta recursos do MEC. Já Ricardo Ferraço elogia escolha do tema para o primeiro pronunciamento da presidente à nação. 7

Elevar juros não é saída, diz Dornelles 4

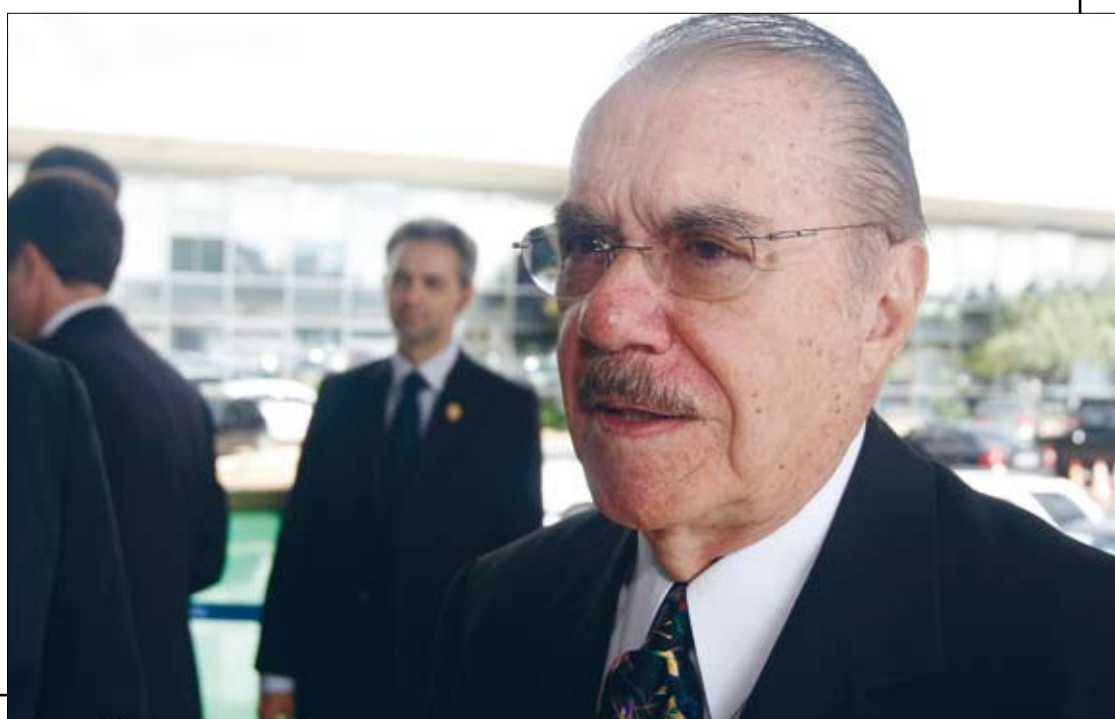
Kátia Abreu: código pune agricultor 6

Escolhas para comissões saem amanhã 2

Comissão de Reforma Política deve ser instalada hoje

A Comissão de Reforma Política deve iniciar hoje seus trabalhos, de acordo com o presidente do Senado, José Sarney. A partir da instalação, o colegiado, que será presidido por Francisco Dornelles, terá 45 dias para apresentar um anteprojeto. 3

Sarney: ex-presidentes e ex-governadores com experiência no processo político integram a comissão



Cristina Gully/Senado Federal

Partidos aliados ao governo devem indicar seus candidatos até amanhã. PSDB se reúne hoje e não abre mão de presidir Comissão de Infraestrutura

Líderes negociam acordo sobre comissões

A FALTA DE acordo em torno da composição de dez das 11 comissões permanentes do Senado poderá ser contornada nesta semana. A expectativa do líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), é de que os partidos aliados (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB) indiquem seus representantes nas comissões até amanhã.

Até o momento houve apenas

a indicação dos 23 integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a eleição do presidente – Eunício Oliveira (PMDB-CE) – e do vice-presidente – José Pimentel (PT-CE) – do colegiado para o biênio 2011/2012.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), marcou uma reunião com a bancada para hoje, às 14h30. Pelo critério da proporcionali-

dade partidária, o partido tem direito a presidir uma comissão permanente e tem manifestado interesse pelo comando da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A presidência da CI também está sendo disputada pelo PT, adiantou Humberto Costa. Estão sendo postulados ainda, dentro do bloco governista, a presidência da Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA) para o PDT – o cargo poderia ser ocupado pelo senador Acir Gurgacz (RO) – e o comando da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para o PSB – o provável indicado seria o senador Rodrigo Rollemberg (DF).

Outra comissão que interessa ao PT dirigir, de acordo com Humberto Costa, é a de Assuntos

Econômicos (CAE). O líder petista admite estar difícil chegar a um consenso em torno dessas indicações e cogitou usar estritamente a regra da proporcionalidade partidária para resolver o impasse.

Até ontem, o PTB e o PSOL eram os partidos que haviam encaminhado o maior número de indicações à Secretaria-Geral da Mesa.



Eunício Oliveira dirige pela primeira vez a comissão, na semana passada: pauta inclui reforma administrativa da Casa

CCJ retoma votação de projetos nesta quarta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h, para votar uma pauta que deveria ser definida ontem pelo presidente do colegiado, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Vários projetos em tramitação na comissão que já têm relatório serão redistribuídos para novos relatores, já que os antigos ou não foram reeleitos ou, no caso daqueles que prosseguem com mandato, não integram mais o colegiado.

Da pauta da última reunião da CCJ no ano passado, que seria realizada no dia 22 de dezembro, constavam 78 itens,

que não foram examinados devido ao cancelamento da reunião. A maioria desses projetos foi automaticamente arquivada, procedimento regimental previsto para o final de cada legislatura.

O artigo 332 do Regimento Interno do Senado prevê que, ao final da legislatura, todas as proposições em tramitação no Senado sejam arquivadas, exceto as originárias da Câmara dos Deputados ou por ela revisadas, as de autoria dos senadores que permanecem no exercício do mandato ou que tenham sido reeleitos, as apresentadas por senadores

no último ano de mandato e as com parecer favorável das comissões.

Nenhuma dessas exceções, porém, se aplica a projetos que tenham começado a tramitar há mais de uma legislatura. Também não são arquivados os projetos que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de competência privativa do Senado.

O arquivamento de qualquer projeto pode ser revertido, no entanto, se requerimento nesse sentido for aprovado pelo Plenário até 60 dias depois do começo da nova legislatura.

Mudança estrutural no Senado volta a debate

A análise do projeto que trata da reestruturação administrativa do Senado deve ser retomada nesta semana pela CCJ. Se aprovado, o projeto segue para Plenário.

Elaborada com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – encomendada a pedido do presidente do Senado, José Sarney –, a proposta (PRS 96/09) aguarda designação de relator

na comissão. O projeto foi incluído entre as prioridades para 2011. O 1º secretário da Mesa, Cícero Lucena (PSDB-PB), explicou que, com a aprovação da proposta, será possível definir o quadro ideal de funcionários, especificando suas funções e atribuições.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deve escolher em breve o senador

responsável pela relatoria do PRS 96/09. Eunício anunciou que a comissão realizará amanhã sua primeira reunião do ano para votação de proposições.

O projeto de reforma administrativa já conta com parecer da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, responsável por aprofundar o exame do texto e recolher sugestões.

Frente pela Cidadania GLBT será reinstalada

A Frente Parlamentar Mista pela Cidadania GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) deve eleger sua coordenação no dia 15 de março.

As informações são do gabinete da senadora Marta Suplicy (PT-SP). No momento, um grupo provisório formado por assessores dos parlamentares trata dos detalhes da reinstalação do grupo e busca parlamentares interessados em participar.

Com o fim da legislatura anterior e o início da 54ª em fevereiro, a frente recomeça do zero. Marta Suplicy e o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) já confirmaram a participação.

O principal objetivo é lutar pela aprovação de projetos que garantam direitos aos cidadãos GLBT. Deve receber atenção da frente o PLC 122/06, desarquivado recentemente, que torna crime a discriminação de homossexuais, idosos e pessoas com deficiência. O grupo deverá defender também o PLC 4.914/09, que regulamenta a união entre pessoas do mesmo sexo.

Nota oficial

A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou ontem uma nota a respeito de matéria publicada no site Contas Abertas sobre as despesas de alimentação e material de manutenção da residência oficial da Presidência do Senado. Veja a íntegra:

Com relação à matéria publicada no site Contas Abertas, a Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado informa que em 2010 foram gastos R\$ 62.088,77 (média mensal de R\$ 5.174,06) em despesas de alimentação e material de manutenção da Residência Oficial, local de recepção oficial a autoridades nacionais e estrangeiras.

Cabe observar que o presidente do Senado vive em residência própria, não utilizando recursos públicos para sua manutenção.

Com relação ao valor apontado na matéria do Contas Abertas, trata-se de estimativa preliminar para todo o exercício de 2011, devendo ser oportunamente ajustado quando da convocação de nova licitação.

Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Bolsa-atleta e alterações na Lei Pelé

14h O Projeto de Lei de Conversão 1/11, proveniente da MP 502/10, que altera a Lei Pelé e cria novas modalidades de bolsa-atleta, trunca a pauta da sessão deliberativa do Senado.

Presidência Nova diretoria do TST

11h30 José Sarney recebe o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; às 12h, os eleitos para a diretoria do Tribunal Superior do Trabalho: João Oreste Dalazen, para a presidência; Maria Cristina Peduzzi, para a vice-presidência; e Barros Levenhagen, para a corregedoria. Às 16h, preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretor-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Gilvam Borges • João Vicente Claudino • Ricardo Ferraço • Vital do Rêgo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920



Aécio Neves



Antônio Carlos Valadares



Demóstenes Torres



Eduardo Braga



Fernando Collor



Francisco Dornelles

Comissão de Reforma Política deve ser instalada hoje

Ex-presidentes da República e ex-governadores integram o colegiado, que será presidido por Dornelles e terá prazo de 45 dias para apresentar anteprojeto

EM ENTREVISTA À Agência Senado, o presidente da Casa, José Sarney, disse que a Comissão de Reforma Política deve iniciar hoje seus trabalhos. Assim que instalado, o colegiado terá 45 dias para apresentar um anteprojeto de reforma.

Na última quinta-feira, também em entrevista, o presidente do Senado explicou que o critério de escolha dos integrantes da comissão, que será presidida

pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), foi a experiência.

– O meu objetivo foi escolher os homens mais importantes da Casa, com maior experiência, quer dizer, ex-presidentes da República e ex-governadores que tenham experiência no processo político – explicou na ocasião.

Além de Dornelles, fazem parte da comissão os senadores Itamar Franco (PPS-MG), Fer-

nando Collor (PTB-AL), Aécio Neves (PSDB-MG), Demóstenes Torres (DEM-GO), Roberto Requião (PMDB-PR), Luiz Henrique (PMDB-SC), Wellington Dias (PT-PI), Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Eduardo Braga (PMDB-AM).

Salário mínimo

Questionado mais uma vez a respeito do reajuste do salário

mínimo, Sarney voltou a defender o valor de R\$ 545 proposto pelo governo, de forma a ser mantida a estabilidade econômica do país.

– Pelo menos por parte do PMDB, há uma consciência de que esse salário é um salário justo. Tem uma fórmula, não é uma coisa aleatória – assinalou.

O projeto de lei (PLC 382/11) de iniciativa do Executivo que fixa o valor do novo salário e

estabelece a política de sua valorização até 2014 será discutido hoje, a partir das 15h, em uma comissão geral da Câmara dos Deputados, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A proposição, encaminhada ao Congresso no último dia 10, tramita naquela Casa em regime de prioridade e, uma vez aprovada, será encaminhada à deliberação do Senado.



Itamar Franco



Jorge Viana



Luiz Henrique



Pedro Taques



Roberto Requião



Wellington Dias

Para Vital do Rêgo, "momento de votar é este"

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse ontem sentir-se "extremamente estimulado", neste início de legislatura, com a decisão dos parlamentares de reconduzir o presidente do Senado, José Sarney, ao comando da Casa. Em seu primeiro mandato, Vital do Rêgo elogiou a iniciativa de Sarney de instituir uma comissão para elaborar um anteprojeto de reforma política.

– O momento é este, a hora é agora, a reforma política certamente contará com o apoio do PMDB e todos os integrantes de nossa bancada, para que a sociedade brasileira se sinta prestigiada e sintonizada com o sentimento nacional – disse.

A comissão, formada por políticos experientes, senadores

que já foram governadores e até presidentes do Brasil, explicou o senador, terá nos próximos 45 dias a incumbência de dar segmento a uma pauta nacional que "está tardando neste Brasil". Nesse período, os parlamentares realizarão audiências com especialistas sobre o tema e terão a estrutura da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e da Consultoria Legislativa do Senado nessa empreitada, frisou.

Ele se lembrou de reforma semelhante que tramitava na Câmara e acabou travada, mas disse acreditar haver "um novo tempo, novas brisas, uma nova composição, um ambiente muito melhor" para aprovar o que considera ser a mãe de todas as reformas.



Para Vital do Rêgo, reforma política é a "mãe de todas as reformas"

Senador se diz honrado com indicação para a CMO

Vital do Rêgo disse ter se sentido honrado com a indicação do líder de seu partido, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), para presidir a Comissão Mista de Orçamento (CMO). Em entrevista à Agência Senado, o parlamentar disse que pretende estar à altura da expectativa de seu partido à frente da CMO.

O senador assinalou que 2011 será um ano de ajustes, em virtude de tudo o que aconteceu com a economia internacional nos últimos tempos. Afirmou que este será "um ano de vacas mais

magras", com adequação da economia brasileira à realidade atual, face aos cortes no Orçamento anunciados pelo governo federal.

Na avaliação de Vital do Rêgo, a nomeação é "um enriquecimento muito grande" para seu currículo. Ele afirmou ainda que pretende fazer os ajustes necessários para o Orçamento da União de 2012, de forma a que o país tenha "uma política econômica cada vez melhor". O senador pediu o apoio de todos os senadores e deputados federais que integram a CMO.

Mozarildo repercute condenação do governador de Roraima pelo TRE

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou em Plenário a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) de condenar o atual governador do estado, José de Anchieta Júnior, acusado de utilizar a rádio de propriedade do governo para fazer campanha eleitoral. O governador apresentou recurso contra a decisão jun-

ta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e graças a isso permanece no exercício do mandato.

A denúncia foi "fartamente documentada", segundo Mozarildo, e o tribunal reconheceu, por unanimidade, que ele cometeu o crime de uso indevido da rádio. Depois, por 5 votos a 2, deliberou que a pena deveria ser a perda do mandato e a imedia-

ta posse do segundo colocado, que é o candidato do PP, Neudo Campos. Este foi apoiado por Mozarildo, pelo PT e pelo PSB. Os dois votos contrários opinaram que a penalidade a ser paga deveria ser apenas uma multa e não a perda do cargo.

– Não tenho dúvida de que ele não permanecerá no cargo por muito tempo. É só realmente

uma questão de tempo, o tempo que a lei exige para que realmente se processem todos os direitos processuais de ampla defesa, de busca de provas, de apresentação de testemunhas – afirmou Mozarildo, acrescentando que o atual governador responde a outras três dezenas de acusações de compra de votos formuladas pelo Ministério Público.



A denúncia foi fartamente documentada e a decisão, unânime, ressalta Mozarildo

Elevar a Selic só trará mais gastos com a dívida pública, diz senador, para quem outras medidas devem ser adotadas para combater a inflação

Dornelles condena aumento da taxa de juros

O SENADOR FRANCISCO Dornelles (PP-RJ) condenou ontem um possível aumento de juros pelo Banco Central (BC) para tentar segurar a inflação. Para ele, aumentos na taxa básica (Selic) elevam ainda mais os gastos do governo federal com juros da dívida pública.

Segundo Dornelles, o governo deveria adotar medidas creditícias e monetárias, aumentando os recolhimentos compulsórios exigidos pelo BC das instituições financeiras. Isso reduziria a oferta de dinheiro no mercado que não depende da taxa Selic, o que aumentaria os juros. E juros mais elevados para o consumidor ajudam a segurar a inflação.

O senador apoiou a decisão da presidente Dilma Rousseff

de cortar R\$ 50 bilhões no Orçamento deste ano, medida destinada a esfriar a economia e reduzir a pressão inflacionária.

– Não existe crescimento econômico sustentado dentro de um quadro inflacionário – ensinou.

Francisco Dornelles, ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Receita Federal, ponderou ser cada vez maior a oferta de crédito no sistema bancário insensível a um aumento da Selic. Citou os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o dinheiro emprestado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Alertou que o tamanho da dívida pública já faz o governo gastar com juros R\$ 171 bilhões por ano, como

em 2010 – 5,44% do produto interno bruto (PIB).

O senador sustentou que “há uma tendência” no Brasil de aumentar a taxa Selic “ante qualquer sinal de pressão inflacionária e antes mesmo de uma análise mais profunda de suas causas”.

– De nada adianta o esforço para conseguir um superávit primário mais elevado, muitas vezes obtido até mesmo com corte de investimento, se ele é anulado pela despesa com juros, que leva inclusive a um déficit nominal das contas públicas. Entendo que deve ser medida a importância da Selic na formação da taxa de juros no mercado livre e as consequências do seu aumento sobre as contas públicas – recomendou.



Foto de Waldemir Borretto/Senado Federal

Dornelles: aumento da Selic deve ser cuidadosamente avaliado pelo governo

Pimentel conclama sociedade e oposição à luta contra inflação

Ao fazer um balanço das políticas sociais da gestão de Lula, citando uma série de dados e números amplamente divulgados pelo governo, o senador José Pimentel (PT-CE) conclamou ontem a sociedade brasileira e as oposições para ajudarem a fortalecer o Estado e evitar a volta da inflação.

– Somos governo hoje, mas sabemos que no processo democrático o rodízio do poder faz parte da democracia. No dia de amanhã, não seremos governo, mas queremos ter um país mais forte, mais consolidado – afirmou.

Pimentel disse que a presidente Dilma Rousseff dará continuidade às ações sociais do governo Lula, fornecendo serviços públicos de qualidade a baixo custo. Ele apontou o controle da inflação como um “grande objetivo” de Dilma. Segundo o senador, esse controle tem como meta a garantia do poder de compra,

principalmente dos mais pobres.

– A inflação está sob controle. É por isso que a sociedade brasileira não pode permitir que a velha prática da indexação de preços, da inflação que corrói o salário dos mais pobres, que corrói a riqueza nacional, volte – assinalou.

Entre as medidas que o governo Dilma está tomando para tentar controlar a inflação, Pimentel destacou o corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União. O senador lembrou que, em 2010, as despesas de custeio e investimento totalizaram R\$ 655 bilhões. Para 2011, ele projetou o total de R\$ 719 bilhões, após o corte de R\$ 50 bilhões.

– Representa R\$ 64 bilhões a mais do que tudo que praticamos no ano de 2010. Isso é fruto do crescimento econômico, de mais receitas e também de controle da inflação e, principalmente, de gastar menos para que possamos fazer mais – afirmou.



José Pimentel diz que o controle inflacionário é um “grande objetivo” da presidente Dilma Rousseff

Aperto fiscal impedirá desoneração da folha das empresas, diz Alvaro

A atual carga tributária, que atinge 34,4% do produto interno bruto (PIB), aliada ao aumento da inflação e ao aperto fiscal em marcha impedirão que o governo trabalhe em favor de qualquer tipo de desoneração na folha de pagamento das empresas, na avaliação de Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador disse que a desoneração da folha das empresas foi uma promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff “e agora está condicionada a um ganho inesperado de arrecadação ou a um ajuste na alíquota de outro imposto”.

– Em que pese o fato de Dilma ter negado o ajuste fiscal ao longo da campanha, a gastança desenfreada da administração Lula obrigou o atual governo a um corte anunciado de R\$ 50 bilhões [ou 0,6% do PIB] no Orçamento da União para 2011 – afirmou.

No mínimo, disse Alvaro, os cortes agora anunciados equivalem a admitir que o governo Lula “soltara irresponsavelmente a rédea dos gastos, o que faz com que Dilma seja a fiadora direta dessa má herança”. O senador afirmou ainda que, na contramão do ajuste fiscal, entre as 24 medidas provisórias que tramitam na Câmara e no Senado, 21 foram editadas no governo passado e 10 trancam hoje a pauta de votações, “sendo que muitas criam cargos comissionados, a exemplo da que prevê a criação da Autoridade Olímpica, com 180

cargos com salários que variam de R\$ 18 mil a R\$ 22 mil”. Alvaro disse ainda que o Orçamento de 2011 inclui empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que constam na lista de obras com indícios de irregularidades graves elaborada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Em apartes, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) manifestou apoio ao discurso, enquanto os senadores do PT Lindbergh Farias (RJ) e Gleisi Hoffmann (PR) discordaram.



Para Alvaro, Dilma não conseguirá cumprir suas promessas devido a gastos do governo Lula

Mais

CULTURA

Conversa de Música . Conversa de Música/Concertos . Espaço Cultural
Leituras . Caminho das Artes . Tela Brasil . Senado Documento

15



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Aloysio, oposição tem sido um "baluarte na defesa do Brasil"

Aloysio Nunes repudia crítica do presidente da CNI

Aloysio Nunes (PSDB-SP) repudiou as críticas feitas aos partidos de oposição pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, em entrevista publicada na *Folha de S. Paulo*. De acordo com o senador, o presidente da CNI disse que a oposição não age com responsabilidade.

– Não carecemos de lições de sua senhoria – afirmou Aloysio Nunes, para quem "a oposição tem sido um baluarte na defesa dos interesses do Brasil".

O senador afirmou que a oposição "foi a vanguarda do movimento ocorrido no Senado que levou à derubada da CPMF", a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Ele afirmou que, caso o governo consiga impor o valor que pretende para o novo salário mínimo, deve lançar um movimento para estabelecer nova fórmula para o financiamento do setor da saúde, "que implica a recriação, ainda que com outro nome, desse tributo".

Aloysio Nunes afirmou que a oposição "existe para reclamar, ou fazer ecoar a voz daqueles que reclamam". Disse que muitos industriais, mesmo filiados à CNI, reclamam contra a política cambial, a taxa de juros excessiva, o sucateamento e a falta de investimentos na infraestrutura, o excesso da carga tributária e a ausência de uma política de defesa comercial.

Sarney defende salário mínimo de R\$ 545

O presidente do Senado, José Sarney, voltou a defender o salário mínimo de R\$ 545 proposto pelo governo, de forma a ser mantida a estabilidade econômica do país.

– Pelo menos por parte do PMDB, há uma consciência de que esse salário é um sa-

lário justo. Tem uma fórmula, não é uma coisa aleatória – assinalou.

O projeto do Executivo (PLC 382/11) que fixa o salário mínimo em R\$ 545 e estabelece a política de sua valorização até 2015 será discutido hoje, em uma comissão-geral da

Câmara, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A proposição, encaminhada ao Congresso no último dia 10, tramita naquela Casa em regime de prioridade e, depois de votada, virá para exame do Senado.

Reajuste do salário mínimo mobiliza os parlamentares nesta semana

A estratégia do governo está concentrada na aprovação do PL 382/11 (mínimo de R\$ 545) e, para tanto, o ministro Guido Mantega estará hoje na Câmara, onde a proposta pode ser votada amanhã e depois enviada ao Senado

A VOTAÇÃO DO projeto que fixa o salário mínimo em R\$ 545 é o principal assunto na pauta do Legislativo. Os deputados devem discutir a proposta (PL 382/11) hoje com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e votá-la amanhã. Em seguida, será a vez de o Senado examinar o projeto, que também estabelece a política de valorização do mínimo no período entre 2012 e 2015.

A base governista se mobiliza para derrubar duas emendas da oposição: a do PSDB, que prevê R\$ 600 para o mínimo, e a do DEM, com R\$ 560. Mesmo que sejam rejeitadas na Câmara, essas propostas podem ser retomadas no Senado.

Vários senadores já manifestaram apoio a um valor maior para o mínimo deste ano – prejudicado pela variação negativa do produto interno bruto (PIB) de 2009. É que um acordo de

2007 entre o governo e as centrais sindicais prevê o repasse da inflação do período entre as correções, mais aumento real pela variação do PIB de dois anos antes. Assim, quando a variação é negativa, o mínimo não tem aumento real.

As centrais defenderam uma antecipação, para este ano, do aumento real previsto para 2012, mas o governo insiste em R\$ 545, valor que substitui os R\$ 540 fixados pelo próprio governo com a Medida Provisória 516/10. A previsão era de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 2010 seria de 5,88%. Como chegou a 6,47%, o governo teve que revisar o valor inicial.

Novas regras

Para viabilizar os R\$ 545, o governo deixou de lado a MP 516/10 e decidiu concentrar seus



Renato Anaujo/ABR

Ministros Guido Mantega e Miriam Belchior mantêm proposta inicial do governo

esforços na aprovação do PL 382/11, que pode ser votado em regime de urgência. As regras para reajuste nos próximos anos seguem o acordado em 2007 com as centrais sindicais.

Para 2012 é previsto, além da variação do INPC de 2011, o percentual do crescimento do PIB de 2010. O critério se aplica aos

anos subsequentes: inflação do período entre as duas correções anuais, mais a variação do PIB de dois anos antes. O projeto prevê também a fixação do valor do mínimo, a partir do próximo ano, por meio de decreto presidencial. O objetivo é, com as regras definidas, evitar que se retome essa discussão a cada ano.

Paim defende antecipação de parte do aumento previsto para 2012



Waldemir Barreto/Senado Federal

Inflação em alta pode trazer prejuízos aos trabalhadores, alerta Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem em Plenário a antecipação de parte do reajuste do salário mínimo a ser pago a partir de janeiro de 2012. De acordo com a proposta de Paim – segundo ele já aceita pelas centrais sindicais –, seria concedida uma antecipação de cerca de três pontos percentuais dos 15% do índice de reajuste do mínimo previsto para 2012, correspondente ao aumento do produto interno bruto (PIB) em 2010 somado à inflação de 2011.

Tal antecipação elevaria o

valor do salário mínimo já em vigor (R\$ 540) para R\$ 560 – enquanto o governo propõe R\$ 545. Paim observou que R\$ 15 de acréscimo significam cerca de 60 pães franceses a mais na mesa do trabalhador a cada mês.

Citando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Paim destacou a alta de 15,8% no custo da cesta básica. Segundo ele, um reajuste menor do mínimo deverá provocar perdas importantes para os trabalhadores, sobretudo para os mais pobres das regiões Norte e Nordeste,

onde a inflação está mais alta.

Paim rebateu ainda crítica publicada na última edição do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, com relação ao menor valor, em dólares americanos, do salário mínimo no Brasil, em comparação a outros países da América Latina.

– Não posso deixar de lembrar aqui que, antes do governo Lula, o salário mínimo valia US\$ 70. E hoje vale, pelo poder de compra, US\$ 280 dólares, ou seja, multiplicamos por quatro no governo Lula – disse.

Mais

DEMOCRACIA

Transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões . Alô Senado . Argumento Em Discussão . Jornal do Senado . Repórter Senado . É Lei . Senado Aprova

15

Senadora considera que o registro – previsto no Código Florestal para a concessão de financiamento – é uma punição aos agricultores que usam todas as suas terras. Ela pede a aprovação do texto de Aldo Rebelo com o novo código

Kátia Abreu: BB está exigindo registro de reserva legal para financiamento

A SENADORA KÁTIA Abreu (DEM-TO) informou ao Plenário que o Banco do Brasil já está exigindo dos agricultores o registro, em cartório, das reservas legais previstas no Código Florestal para a concessão de financiamentos agrícolas. Ela afirmou que se trata de “uma punição” aos agricultores que usam integralmente suas terras há décadas, observando que muitos fizeram desmatamentos por exigência do próprio governo federal.

Kátia Abreu sustentou que, por isso, a Câmara deve votar com rapidez o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), em que se prevê uma solução para os casos de agricultores que usam integralmente suas terras há muitos anos, sem manter reserva legal.

– Eles desmataram e usam essas áreas há muitas décadas,



Kátia Abreu diz que agricultores não são criminosos e pedem socorro ao Congresso

antes das exigências que vêm sendo feitas agora. Não é justo que eles sejam punidos. Os produtores brasileiros não são criminosos – afirmou.

A senadora acredita que, “apesar da pressão de uma meia dúzia” de ecologistas, o Congresso irá resolver o problema.

Kátia Abreu ponderou que, se

em 2009 e 2010 o Brasil superou a crise financeira internacional sem maiores problemas, isso se deveu ao confortável nível das reservas externas acumuladas pelo Banco Central, obtido “graças ao setor rural, que responde por 40% das exportações nacionais”. Sem o superávit externo propiciado

pelos exportações agrícolas, continuou, o Banco Central não teria conseguido formar uma reserva internacional da ordem de US\$ 300 bilhões.

– Nossos produtores estão pedindo socorro ao Congresso Nacional. Eles não são criminosos. Eles ajudaram o Brasil nesses anos todos. Além do mais, o relatório do deputado Aldo Rebelo não traz a palavra desmatamento. Muito ao contrário, em seu relatório o deputado propõe que seja suspenso, por cinco anos, qualquer corte de florestas – disse.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) informou ter se comprometido com o setor rural paranaense a fim de promover audiências públicas, reunindo proprietários rurais e o movimento ambiental, para que se consiga chegar a um consenso sobre as mudanças no Código Florestal.

Ângela reafirma apoio às lutas sociais e desenvolvimento de RR

A senadora Ângela Portela (PT-RR) reafirmou ontem seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico de Roraima, de forma sustentável, com respeito ao meio ambiente e à diversidade cultural. A senadora também disse que continuará lutando pelos direitos das mulheres e pela valorização da educação.

– Como milhões de trabalhadores e trabalhadoras, sou fruto do milagre brasileiro, da enorme mobilidade social que permitiu à filha de família humilde do interior do Ceará chegar ao Senado pelas mãos do povo roraimense. Esse milagre de que falo é o milagre da educação, da transformação social pela via do aprendizado, do conhecimento – disse.

Ângela também agradeceu aos mais de 110 mil votos que lhe deram seu primeiro mandato no Senado, depois de quatro anos como deputada federal

e passagens pela Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social de Roraima e pelo Departamento de Desenvolvimento Social da mesma secretaria. Ela afirmou que chegou ao Senado certa de que é possível fazer política sem abuso de poder econômico e “sem cair na tentação do caminho fácil, nas práticas ilícitas ou ilegítimas que encham de vergonha milhões de cidadãos e cidadãs que olham para o Parlamento e não se sentem representados”.

Mulheres

Ângela disse que continuará trabalhando pelos interesses das mulheres, apoiando políticas públicas voltadas para elas e a universalização da licença-maternidade de 180 dias.

A senadora reafirmou seu compromisso com o combate à violência contra as mulheres e com a criação de melhores oportunidades de emprego, educação e moradia, além do aumento de



Senadora agradece os 110 mil votos recebidos nas eleições do ano passado

vagas em creches públicas.

– Oferecer creches para nossas crianças é assegurar a independência financeira de milhões de mulheres que hoje precisam se ausentar de casa em busca do sustento próprio e de suas famílias, e que não têm, ainda, o amparo do poder público para deixar seus filhos e filhas em segurança, com alimentação adequada e com educação de qualidade – declarou.

Segundo ela, menos de 20% das crianças brasileiras têm acesso a creches públicas.

– Eu não me afastarei das bandeiras de luta que caracterizaram

toda a minha trajetória política. Nesta Casa, eu serei uma representante dedicada de todos os brasileiros que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica: as mulheres, as crianças e os adolescentes, os idosos, as pessoas portadoras de necessidades especiais, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, as minorias étnicas e de gêneros e todos aqueles que precisam do poder público – acrescentou.

Em apartes, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), José Pimentel (PT-CE) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiaram o pronunciamento.



Acordo garante frota adaptada aos deficientes, diz o senador

Gilvam celebra acordo sobre ônibus no Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem a assinatura de um acordo que permitirá que 100% da frota de ônibus de Macapá esteja adaptada para deficientes físicos, idosos e obesos. O serviço, que já funciona em parte dos coletivos, é conhecido como Ônibus Cidadão.

O termo de ajuste de conduta, de acordo com ele, foi firmado entre o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Amapá, a Associação dos Deficientes Físicos do Amapá, a Coordenadoria Municipal de Acessibilidade e Mobilidade Urbana e a Empresa Municipal de Transportes Urbanos, sob o intermédio do Ministério Público estadual.

Segundo o senador, o Instituto de Pesos e Medidas do Amapá (Ipem-AP) foi acionado para fiscalizar os termos do acordo, pois as empresas de ônibus reclamam que os recursos destinados à manutenção do serviço mal cobrem as despesas. Por outro lado, os usuários denunciam maus-tratos por parte dos motoristas e más condições dos equipamentos.

– O empresário almeja o lucro. É natural. Mas não podemos esquecer que estamos lidando com vidas humanas, que, por uma fatalidade, tiveram que enfrentar algum tipo de deficiência – disse Gilvam Borges.

Mais BRASIL

Agenda Econômica . Cidadania . Diplomacia . Ecosenado . Inclusão . Jornal do Senado
Parlamento Brasil . Repórter Senado . Documentários . Histórias Contadas

Renan comemora mudanças no Fies anunciadas por Dilma

Os juros para o pagamento das dívidas contraídas por meio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) foram reduzidos para 3,4%. O aluno somente começará a pagar o empréstimo após um ano e meio da conclusão do curso. Essas medidas foram anunciadas ontem pela presidente Dilma Rousseff em seu programa semanal de rádio *Café com a Presidenta*, disse o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), para quem o novo prazo é suficiente para o recém-formado encontrar um trabalho.

Outra novidade de grande alcance socioeconômico é que o programa vai incluir alunos com renda de até um salário mínimo e meio. Renan lembrou que os alunos que se enquadravam nessa faixa enfrentavam uma grande burocracia, tendo inclusive de apresentar fiadores. O governo passará a ser o fiador destes alunos mais carentes. O aluno também poderá abater a dívida (1% ao mês) diretamente com o governo, caso opte, por exemplo, por ser professor da rede pública.

– Faço essa comunicação porque há algum tempo ve-



Renan elogia também programa de distribuição de medicamentos

inho me dedicando a ações e projetos destinados a atender os alunos mais humildes. Eles precisam fazer sua faculdade e suas famílias não dispõem de recursos próprios. A medida anunciada é uma consequência natural das ações que nós desenvolvemos aqui no Senado nos últimos anos para reduzir os juros e aumentar os prazos.

Renan apontou ainda o início da distribuição gratuita de medicamentos para hipertensos e diabéticos. Ele disse ter ficado satisfeito, sobretudo, pelo fato de o governo ter adotado como programa oficial projetos que ele apresentou e que tramitam no Congresso.

Senador pede voto de pesar pela morte de ex-deputado

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) requereu ontem à Mesa voto de pesar pelo falecimento, no dia 8, do empresário alagoano e ex-deputado estadual Noé Simplício do Nascimento.

– Nada é tão pesado e triste quanto dizer adeus a um fraternal amigo, especialmente quando conhecemos de perto o seu caráter, a sua reputação e a sua importância para o nosso estado, o estado das Alagoas.

Natural do município de Água Branca, Noé Simplício foi também, contou

Renan, secretário de estado, suplente de senador e presidente da Associação Comercial de Maceió.

– Em todas as atividades que exerceu, contribuiu verdadeiramente para o desenvolvimento de Alagoas e a ele devemos muito. Sua trajetória de vida é um exemplo para as gerações futuras – afirmou.

Conforme Renan, Noé Simplício era empresário e político de grande sensibilidade, e dedicou boa parte dos seus 87 anos trabalhando por melhores dias para a população alagoana.

Senadora do PSDB diz que ficou feliz com discurso de Dilma Rousseff sobre o setor, mas lembra que é preciso deixar a retórica de lado e enfrentar os problemas

Marisa cobra do governo mais trabalho pela educação

A SENADORA MARISA Serrano (PSDB-MS), “como professora e defensora de um ensino de qualidade”, disse que ficou surpresa e feliz quando a presidente Dilma Rousseff fez pronunciamento à nação, na semana passada, afirmando que o Brasil só progrediria melhorando a educação. Mas a parlamentar cobrou do governo que vá além da retórica e passe a atuar para modificar números como os apurados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): 14,1 milhões de pessoas acima de 15 anos não sabem ler nem escrever.

Para a senadora, a criação do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), a implantação do Plano Nacional de Banda Larga e a adoção de medidas para corrigir falhas registradas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), anunciadas pela presidente, são insuficientes para resolver os problemas da educação no país.

– Difícil acreditar em tanta evolução na educação, como disse a presidente Dilma, sem



Marisa Serrano: cortes contradizem o discurso

acessar para ações concretas. No mesmo dia, a equipe econômica do governo anunciou corte de R\$ 1 bilhão no orçamento do Ministério da Educação – afirmou.

Marketing eleitoral

A senadora tucana observou que, diferente da propaganda e do marketing eleitoral exibido no ano passado, o governo Luiz Inácio Lula da Silva conquistou poucos avanços em áreas-chave como educação, saúde, saneamento, segurança e infraestrutura. No caso da educação, Marisa Serrano declarou que foi fantasioso o balanço apresentado pelo ex-presidente ao final de 2010,

apresentando melhorias na qualidade de ensino.

Os problemas ocorridos no Enem, a redução no número de matrículas no ensino médio e na educação de jovens e adultos, a evasão e a repetência, segundo a senadora, nem sequer foram mencionados. Marisa citou como exemplo de dado “esquecido” o divulgado pelo Censo Escolar: em 2003, o Brasil tinha 9,1 milhões de jovens no ensino médio. Em

2009, esse número havia caído para 7,9 milhões.

Marisa Serrano opinou que o Brasil tem que enfrentar muitos desafios, como a erradicação do analfabetismo. Ainda segundo o Ipea, o percentual de analfabetos funcionais chega a 10,7% da população. Entre os beneficiários do Bolsa Família com mais de 25 anos, acrescentou, 82% não completaram o ensino fundamental e 16,7% se declaram analfabetos.

– Como podemos esperar que essas pessoas saiam da situação de pobreza extrema se não têm uma capacitação mínima para conseguir um trabalho? – indagou a senadora.

Ferraço elogia pronunciamento em rede nacional feito por Dilma

O fato de a presidente Dilma Rousseff ter abordado o tema da educação em seu primeiro pronunciamento dirigido à nação, na opinião de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é um indicativo do seu compromisso pessoal com o aprofundamento dos investimentos nessa área e com a formação das novas gerações para definir qual futuro o país deseja.

– Foi bom ver nossa presidente Dilma abordando de maneira clara este que será um dos maiores programas sociais do país, o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica – afirmou.

Ex-vice-governador do Espírito Santo, o senador disse que

as escolas técnicas receberam grande incentivo e avançaram muito durante o governo Lula, e que a parceria entre governos estadual e federal foi responsável pela implantação de 12 escolas técnicas federais naquele estado. Segundo ele, esse total é superior ao que foi implantado nos últimos 90 anos.

Ferraço também comemorou o fato de Dilma ter mencionado o Programa Nacional de Banda Larga, para acesso à internet. Ele ainda elogiou o compromisso assumido pela presidente para correção das falhas ocorridas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em aparte, Mozarildo Caval-



Ferraço comemora fato de a presidente ter abordado temas ligados à educação

canti (PTB-RR) disse que sem educação até é possível fazer as coisas, mas não com a mesma qualidade e eficiência. Ele concordou com o aumento no número de escolas, “desde que acompanhadas pela qualidade de ensino e das condições de trabalho dos professores”.

Mais

TV SENADO

A TV Senado, primeira televisão legislativa brasileira, foi criada em fevereiro de 1996 com o objetivo de tornar mais transparentes as atividades do Senado. Nesses quinze anos, ampliou a sua cobertura e hoje atua não apenas nos trabalhos legislativos, mas também na produção de conteúdos variados de interesse nacional. É por isso que a TV Senado é mais.

TV Senado 15 Anos. Mais democracia, mais cultura, mais Brasil.

Líder do governo diz que reforma tributária deve criar adicional de recursos para saúde e prevê ainda debates sobre reforma política, Previdência e outros

Jucá aponta principais temas da agenda de 2011

OS PRINCIPAIS TEMAS da pauta legislativa de 2011 devem ser as reformas política e tributária, o financiamento da saúde e a distribuição dos royalties sobre a exploração de petróleo da camada pré-sal, entre outros tópicos, apontou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), em entrevista ao programa *Cidadania*, da TV Senado.

Jucá disse ainda que os temas relacionados ao meio ambiente e à previsão de desastres naturais devem gerar muita discussão. Nesse sentido, ganham força os debates sobre a reforma do Código Florestal, que tramita na Câmara, e sobre a reformulação do Código de Defesa Civil.

Sobre a reforma política, Jucá defendeu o financiamento público das campanhas como forma de fazer um contraponto à "criminalização de quem doa".

– Defendo que se acabe com as doações de empresas privadas. Doação individual, só se for para o partido, que definiria o destino do recurso. Isso para que tenhamos uma transparência maior – disse.

O líder do governo no Senado também se disse favorável ao fim das coligações e ao voto majoritário para os candidatos do Legislativo, ou o chamado "distritão".

– É simples: quem tem mais voto entra – explicou.

Quanto à reforma tributária, o senador afirmou que a discussão do governo neste momento é quanto à conveniência de se fazer uma reforma mais abrangente ou optar pelo "fatiamen- to", de acordo com os temas.

– Estamos levando esse deba-



"Temos que democratizar os royalties do petróleo sem que o RJ e o ES tenham prejuízo naquilo que já recebem", diz Jucá

te aos governadores. A solução deve atender a todo o país. Uma coisa é certa: é preciso acabar com a guerra fiscal, simplificar a forma de cobrar tributos e ampliar a base [de arrecadação], para que todos paguem, porque, se todos pagarem, todos pagam menos – salientou.

Saúde pública

No âmbito da discussão sobre a reforma tributária, Jucá disse que há que se prever uma fonte

adicional de recursos para a área da Saúde, em substituição à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Uma das alternativas seria, de acordo com ele, uma sistemática de cobrança similar à própria contribuição extinta.

– A saúde pública hoje no Brasil é um grande problema, que deve ser equacionado com gestão e com recursos – disse.

Outro tema considerado polêmico pelo governo é a política

de distribuição dos royalties do petróleo, especialmente da camada pré-sal. O assunto foi discutido no ano passado no Congresso, mas ainda não foi possível chegar a um consenso.

– Temos que democratizar esses royalties, sem que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo tenham prejuízo naquilo que já recebem. Há muito recurso, muita margem para parcelar os royalties para todo o Brasil – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Há 15 anos o **Jornal do Senado** retrata, de forma imparcial e objetiva, tudo o que acontece no Senado. As atividades do Plenário, das comissões, da Presidência, do Congresso, das lideranças e dos órgãos da Casa são mostradas, em texto sucinto, nas edições que circulam de segunda a sexta-feira e também na internet. É a transparência da informação que ajuda você a exercer sua cidadania.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal